
A Terceira Margem índios e Ribeirinhos do Solimões*

Priscila Faulhaber**

Introdução

Entendemos o projeto "Segurança e Desenvolvimento ao Norte das Calhas dos rios Solimões e Amazonas" como um passo decisivo do Estado Nacional em relação às suas fronteiras externas e internas, na sua relação com os grupos sociais politicamente minoritários. O projeto, formulado com base em estratégias geopolíticas da relação do Estado com o território, exprime uma situação de crise política e econômica, na qual a sociedade depara-se com a evidência de seus limites - sociais, políticos, econômicos e estratégicos, e com a necessidade de saldar a dívida com as minorias sociais.

É manifesta a intenção de intensificar a presença militar, com o objetivo de promover deslocamentos dirigidos de população, ou seja: reassentamento de posseiros e realocação de colonos, considerados mais afinados com a "soberania", a "segurança" e a "expressão militar" do "poder nacional" que os povos indígenas.¹⁶ Planeja-se restringir as dimensões tradicionais dos territórios destes povos a "critérios de razoabilidade" insuficientes para a reprodução da própria pequena produção familiar agrícola.

Trabalho apresentado no 13º Encontro dos Grupos Temáticos do PIPSA, em julho de 1988. Uma versão preliminar deste texto foi apresentada à ABA, como subsídio para a elaboração de um dossiê sobre o projeto Calha Norte. Agradeço as sugestões de Bertha K. Becker.

**** Pesquisadora do Museu Goeldi, aluna do Doutorado em Ciências Sociais da UNICAMP, na área História Intelectual e Etnografia da Ciência.**

¹⁶ **Optamos por apresentar as categorias do discurso militar entre aspas.**

O projeto, estruturado com base em categorias ideológicas, visa produzir uma intensificação da diferenciação da sociedade tradicional na Amazônia. Este processo de diferenciação, já em curso, implica no exercício da patronagem pelos próprios membros dos grupos indígenas e outros segmentos de pequena produção, em detrimento de um projeto de promoção de setores sociais minoritários.

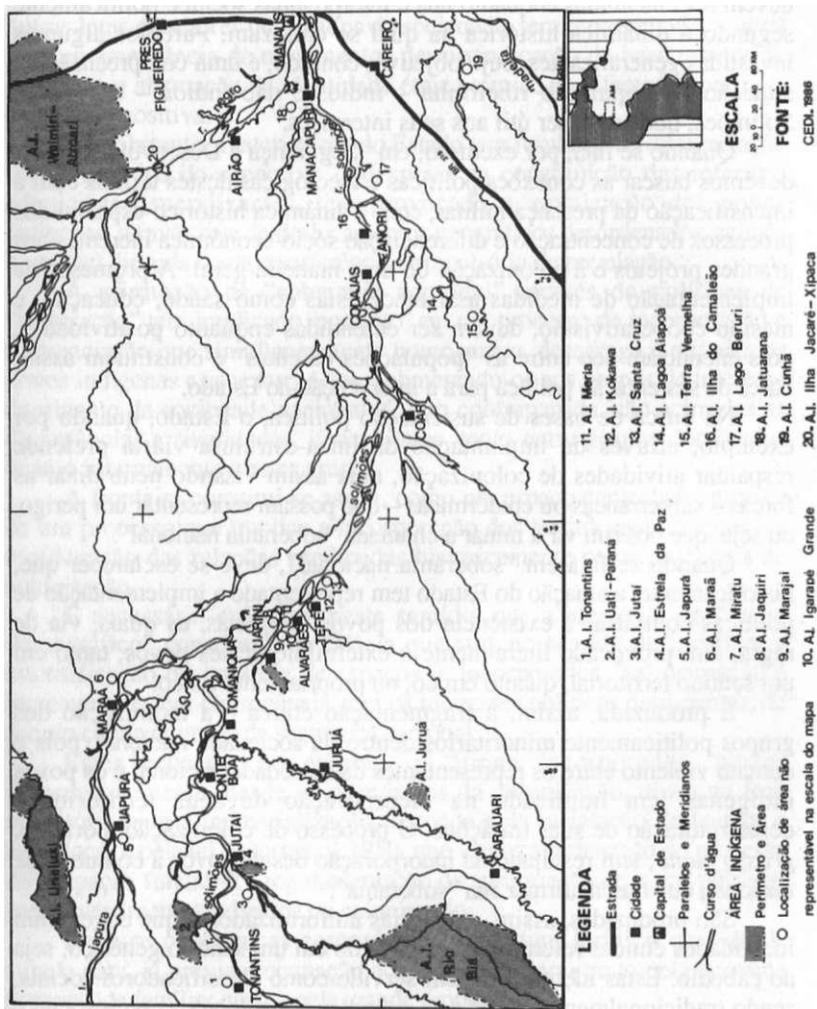
As "necessidades fundamentais" da população apresentadas pela ótica governamental, que incluem "ampliação da infra-estrutura viária, a aceleração da produção de energia hidrelétrica e interiorização de pólos de desenvolvimento econômico e a ampliação da oferta de recursos sociais básicos" visam atender a objetivos desenvolvimentistas e o reforço do Estado em suas próprias bases, através da implementação de medidas assistencialistas.

Analisarei o projeto de uma maneira geral, porém a partir de uma situação que venho pesquisando desde 1981, ou seja: dos índios e ribeirinhos do Médio Solimões, no Estado do Amazonas. Sua problemática é especialmente relevante para os idealizadores do Calha Norte, pois situa-se em uma área geopolítica estratégica de ocupação da Amazônia, pois a cidade de Tefé, localizada à margem direita do Solimões, tem sido vista como um local adequado para a polarização dos movimentos militares.

Na primeira parte farei algumas considerações generalizadoras, que visam, contudo, uma compreensão mais clara do impacto do projeto sobre os índios e não índios que podem ser caracterizados como população ribeirinha. Na segunda parte, procurarei analisar a dinâmica histórica da situação dos povos indígenas do Médio Solimões em termos específicos. Na conclusão, procuro sintetizar as linhas gerais de reflexão do trabalho, em termos das conseqüências da implementação do projeto Calha Norte, no ponto de vista dos grupos étnica e socialmente dominados.

Entendemos que os grandes projetos desenvolvimentistas, que apresentam como meta objetivos ideológicos como a integração e a Segurança Nacional, encontram resposta nas sociedades locais em que são implementados, procurando as classes dominantes e os grupos dirigentes manipular as políticas públicas em seu próprio benefício. Os atores sociais regionais, portanto, devem ser vistos enquanto sujeitos ativos. Neste texto, procuramos analisar o projeto Calha Norte na correlação de forças de fronteira, procurando mostrar a visão do "outro", ou seja, das minorias étnicas e sociais. Entendemos estes grupos enquanto coletividades, na tentativa de não reificar sistemas individualistas de representações elitista e seletiva.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL
SOLIMÕES



Considerações Gerais

O projeto é estruturado com base em categorias ideológicas que devem ser entendidas enquanto tais e interpretadas social e politicamente segundo a dinâmica histórica na qual se enraizam. Faremos algumas investidas generalizantes, cujo objetivo, contudo, é uma compreensão da situação da população ribeirinha - índios e não índios - no Médio Solimões, que possa ser útil aos seus interesses.

Quando se fala, por exemplo, em "Segurança e Desenvolvimento", devemos buscar as conexões políticas e ideológicas destes termos com a intensificação da presença militar, com a dinâmica histórico-espacial dos processos de concentração e diferenciação sócio-econômica inerentes aos grandes projetos e à colonização de uma maneira geral. A promessa de implementação de medidas assistencialistas como saúde, educação, e mesmo cooperativismo, devem ser entendidas enquanto positivities, pois encontram eco entre as "populações carentes" e constituem assim bases de sustentação política para a intervenção do Estado.

Na busca de bases de sustentação política, o Estado, quando por exemplo, através da implantação da infra-estrutura viária pretende respaldar atividades de colonização, atua assim visando neutralizar as forças - subterrâneas ou epidérmicas - que possam representar um perigo, ou seja, que possam vir a minar a chamada "soberania nacional".

Quando se fala em "soberania nacional", deve-se esclarecer que, historicamente, a atuação do Estado tem representado a implementação de políticas contrárias à existência dos povos indígenas, as quais, via de regra, têm provocado literalmente o extermínio destes povos, tanto em um sentido territorial, quanto étnico, ou propriamente físico.

É produzida, assim, a fragmentação étnica e a atomização dos grupos politicamente minoritários dentro da sociedade nacional, pois o contato violento entre os representantes da sociedade nacional e os povos indígenas tem implicado na incorporação de seus territórios e desestruturação de suas tradições. O processo de colonização, portanto, *grosso modo*, tem resultado na incorporação destes povos à comunidade nacional, que busca afirmar sua "soberania".

São produzidas, assim, categorias uniformizadoras que engendram identidades étnicas referentes seja ao índio em um sentido genérico, seja ao caboclo. Estas identidades têm servido como classificadores sociais, sendo tradicionalmente os índios e caboclos considerados como social e culturalmente inferiores face à sociedade branca. Via de regra, estas identidades correspondem à construção de uma conduta dominada,

associada à representação de ser "escravo", "criado", "filho", o que condiciona uma situação subordinada na sociedade majoritária.

Recentemente, nas últimas décadas, o surgimento de um movimento indígena, organizado a nível nacional e em conexão com outras lutas de setores dominados da sociedade, tem representado, a nível local, a emergência de movimentos de reivindicação de base territorial, nos quais a afirmação da identidade étnica tem-se manifestado com uma conotação positiva.

Não obstante, a intervenção do Estado tem resultado na diferenciação social e étnica do espaço, e, a despeito da constituição das referidas categorias generalizantes, tem provocado a atomização dos povos indígenas, através seja de deslocamentos geográficos desordenados, seja da migração dirigida ou da transferência compulsória de população.

A afirmação da "soberania nacional" através de políticas de "integração" tem implicado, portanto, em um processo de incorporação e diferenciação que simultaneamente homogeniza, desagrega e atomiza os povos indígenas e seus territórios, submetendo-os aos grupos de interesse dominante da sociedade nacional. Como contrapartida, são acirradas as divergências e rivalidades, já existentes, tanto entre grupos dominados quanto internamente a estes grupos.

A fronteira constitui-se assim, como um espaço controlado, através de um processo que implica a incorporação dos territórios indígenas e a reordenação das relações produzidas historicamente pelos processos de colonização.

É necessário enfatizar, neste sentido, que a ideologia do "vazio demográfico" constitui uma falácia que atua no sentido de justificar a intensificação do controle de espaços já incorporados. Tal ocupação é incrementada, em consonância com os interesses políticos dominantes, de acordo com a doutrina de segurança nacional.

Estes espaços, no entanto, já foram incorporados, porém desordenadamente, desde os primórdios da colonização, ainda na fase transitória para a industrialização, coroada pela instalação de bancos a nível local e pela lei de terras de 1850, que visava a ordenação do processo de ocupação fundiária e regulamentação da apropriação de terras públicas para investimentos privados ou colonização.

Deve-se observar as contradições no código jurídico que, desde aquela data, já previa a ocupação econômica da terra tanto pela pequena propriedade familiar quanto pela grande propriedade.

O que, no entanto, via de regra ocorreu, foi a ocupação primária, através da qual a terra era apropriada mediante o uso da força e os limites entre os terrenos obedeciam a acidentes geográficos.

Estes procedimentos, contudo, não representaram, necessariamente, a expropriação seja dos territórios indígenas, seja da pequena produção familiar formada ao curso dos processos mais gerais de colonização. A produção familiar, porém, parece sempre ter estado vinculada ao mercado por relações de clientela, pois os chamados patrões controlavam os meios de comercialização e financiamento da produção. Os agricultores e extratores foram submetidos, assim, dentro de um sistema vertical de relações (Oliveira Filho, 1979:124), cuja escala varia desde o modelo micro da unidade de produção (seringal, castanhal etc) às relações de troca generalizadas sob a égide do sistema bancário. Não se observava, porém, no sistema tradicional, a existência de agências do estado em nível local. Estas agências passaram a atuar em nível capilar a partir dos Planos de Desenvolvimento e Integração Nacional voltados à Amazônia. Através da análise das estratégias explicitadas nestes planos, pode-se examinar a relação do Estado com o território no que se refere à fronteira, a qual tem representado a definição e aplicação de políticas de reordenação fundiária no sentido de uma ocupação controlada da terra e da maximização desenvolvimentista da exploração dos recursos econômicos.

O Estado, portanto, passa a intervir diretamente sobre o território, através da criação de malhas fundiárias, infra-estrutura material, e através de sua própria atuação como empresário.

Os órgãos públicos, no entanto, têm-se mostrado freqüentemente inoperantes no sentido de satisfazer às reivindicações básicas dos grupos minoritários politicamente, tais como índios, posseiros e pequenos produtores. Ao contrário, têm atuado no sentido de reforçar as contradições sociais já existentes na sociedade tradicional, atuando assim no sentido de garantir privilégios de grandes proprietários, comerciantes e grupos de interesse político e econômico. Contraditoriamente, o Estado atua no sentido de homogeneizar e fragmentar o espaço vivido, incrementando o processo de concentração e diferenciação sócio-econômica já existente nas sociedades locais.

A dinâmica da diferenciação e concentração sócio-econômica se verifica inclusive no interior de grupos sociais aparentemente homogêneos, como a pequena produção mercantil e os grupos indígenas, observando-se a existência de categorias sociais que se opõem contrastivamente dentro de um mesmo segmento social, pois os agrupamentos populacionais às margens dos grandes rios constituem apenas aparentemente um campesinato livre, sendo o ribeirinho sujeito à tradição de relações de patronagem, consagradas religiosamente, e constituindo grupos vinculados ao mercado mediante relações de sujeição e dominação.

Verifica-se, no interior dos grupos indígenas, o exercício de relações de clientela, atuando o sistema de relações indigenistas postas em prática pelo órgão tutor no sentido de reforçar a estrutura tradicional de dominação à qual os grupos indígenas estão sujeitos.

Situação Histórica

O Médio Solimões é uma área de colonização antiga, caracterizada pela sujeição da pequena produção agrícola e extrativista e da pesca a relações de clientela, dada sua inserção no mercado via relações mercantis. A área é caracterizada pela formação de comunidades ribeirinhas, caracterizadas como agrupamentos residenciais de famílias de pequenos produtores mercantis, sendo suas relações interpessoais reguladas por vínculos de parentesco e compadrio. Faremos, a seguir, um breve retrospecto histórico, com o intuito de fornecer elementos para a compreensão dos motivos históricos para a manifestação de uma proveniência indígena na forma de organização territorial e social das comunidades ribeirinhas, para, a seguir, analisar as atuais transformações na estrutura social.

Retrospecto histórico

Os grupos indígenas hoje existentes no Médio Solimões constituíram-se historicamente a partir do contato com a sociedade colonial. É fato conhecido, a partir do relato de diversos cronistas e viajantes, que os grupos do Japurá-Solimões viviam em permanente conflito. Não obstante, estabeleciam entre si relações de troca. Martius relata, por exemplo, o aprisionamento, no alto Japurá, de diversos mariatés que foram oferecidos pelo tupichaba Miranha ao naturalista (Martius, 1976:214).

O extrativismo e a comercialização das drogas do sertão sempre estiveram associados à prática do aprisionamento e tráfico de escravos indígenas.

A leitura dos livros de batizado da paróquia de Nogueira, referentes ao século XVIII (Albuquerque, 1935, passim), nos indica que os "principais" de diversos grupos indígenas participavam dos referidos descimentos, vendendo e transportando indígenas para o trabalho forçado.

A partir da destruição das relações tradicionais de diversos grupos indígenas, foram formados, com a interferência das ordens religiosas, os aldeamentos, localizados via de regra nas imediações de aglomerados

urbanos, que muitas vezes transformaram-se em cidades tais como Tefé, Nogueira, Coari etc.

A estruturação étnica e territorial dos povos indígenas do Solimões foi atingida por este processo, tendo os Cambebas, por exemplo, sido em grande parte ou refugiados para outras regiões, ou descaracterizados etnicamente, ou praticamente destruídos. A estruturação étnica e territorial dos povos indígenas dos altos rios, no entanto, manteve-se praticamente inalterada, apesar do comércio de escravos indígenas.

A exploração da borracha, contudo, estabelecida pelos caucheiros peruanos e colombianos a partir de meados do século XIX, teve como contrapartida um grande movimento migratório, e teve como consequência o esquadramento do Japurá por seringais, no início do século XX, conforme relata Tastevin:

"on se disputa avec apreté ces forets vierges et ces îles où abondait l'hevea; en moins de deux anées toutes les rives et toutes les îles du Japourá brésilien avait leur propriétaire, sur un longueur de 700 quilomètres" (Tastevin, 1921:442).

Isto acarretou a desarticulação territorial e mesmo destruição étnica dos povos indígenas do alto Japurá, tendo parte deles migrado para outras áreas, dispersando-se pelo Ica, Japurá e Solimões.

Com a falência da empresa seringalista, muitos patrões (caucheiros e seringalistas) passaram a dedicar-se sobretudo à exploração comercial do trabalho agrícola, que já era uma tradição regional. (Bates, 1944:200).

A partir de meados do século XIX, quando foi promulgada a conhecida "Lei de Terras", observou-se um processo de esquadramento fundiário, que embora lenha se verificado desordenadamente, caracteriza o processo de ocupação regional em termos da emissão de títulos de terra que legitimam a exploração individual de terrenos - castanhais, seringais ou áreas destinadas primariamente à agricultura - que já eram ocupadas por uma população ribeirinha. Estes proprietários, até os dias de hoje, coagem os agricultores e extratores a pagar a renda do resultado de seu trabalho sobre a terra.

O caráter desordenado do processo fundiário, caracterizável *grosso modo* pela ocupação primária, passou a sofrer alterações a partir da década de sessenta, com a interferência direta de organismos públicos, como o Inbra, que passou a atuar em nível local com o objetivo de incentivar a pequena produção, implementando uma política fundiária que favorecesse os seus interesses. Nenhum título definitivo, porém, foi emitido desde aquela data.

Na década de 80, foi instalado em Tefé um escritório do Iteram - Instituto de Terras do Amazonas, cujos funcionários fizeram um meticuloso trabalho junto aos cartórios da cidade, no sentido de organizar um mapeamento detalhado do processo de ocupação fundiária local, constatando-se que a maior parte dos títulos definitivos data do Segundo Império e Primeira República, identificando também as áreas devolutas ou de propriedade do Governo Federal ou Estadual.

O objetivo do Iteram, pretensamente, seria ordenação fundiária com o objetivo de incentivar a produção agrícola, mas o que de fato se realizou foi, "sob o pretexto de regularização de posses e propriedades de origem pelo menos discutível", a legitimação, pelo Estado, de "um vasto movimento de grilagem" (RANGEL, Folha de São Paulo, 1985:3). Isto porque os chamados patrões fizeram valer a presença de representantes do governo em nível local para regularizar a apropriação muitas vezes ilícita e irregular de terrenos ocupados produtivamente por pequenos produtores rurais.

Situação Atual

No Médio Solimões, existem sete aldeias indígenas: a aldeia Miranha do Miratu (município de Uarini), a aldeia Miranha do Méria (município de Alvarães), a aldeia Mayorúna do Marajá e a aldeia Cambeba do Jaquiri (município de Alvarães), e as aldeias Cocama de Nova Esperança e Ticuna de Barreira da Missão (município de Tefé).

Duas destas áreas, Miratu e Méria, foram reconhecidas desde 1929 pelo Serviço de Proteção ao Índio, após um processo político que envolveu intensa luta pela terra e a manifestação da identidade étnica-Miranha, no caso. Desde então, seus territórios são reconhecidos pela sociedade regional.

A partir da década de setenta, os demais grupos vêm se somando aos Miranhas na luta pelo reconhecimento da identidade e do território indígena.

Todas estas áreas, não obstante, são invadidas seja pela prática do extrativismo e comercialização da castanha, seja por pesqueiros invasores, seja por regatões e comerciantes, com os quais os índios mantêm relações desiguais.

Acrescente-se a estas ameaças, um interesse deliberado, por parte de setores da sociedade branca, de fragmentar os interesses indígenas, incentivando o loteamento de seus territórios. Isto ocorreu na década de sessenta, com o Miratu, e mais recentemente, em 85, com os índios da

Barreira da Missão. Em ambos os casos, no entanto, os índios recusaram o loteamento.

A partir principalmente das duas últimas décadas, com a implementação dos planos de Desenvolvimento e Integração Nacional, verifica-se a produção de alterações na sociedade regional. O Estado passa a estar presente no dia a dia da sociedade local, através de agências de organismos federais e estaduais, agências bancárias com linhas especiais de crédito. Mais recentemente, nos anos oitenta, o próprio Estado passa a atuar como empresário, devendo ser destacada a instalação da Emade - Empresa Amazonense de Dendê (de Direito Privado e capital misto) -, a atuação da Secretaria de Obras da Prefeitura de Tefé como empresa construtora, e, atualmente, as grandes expectativas em torno da descoberta de petróleo pela Petrobrás junto ao rio Urucu.

Redefinem-se os papéis dos diversos atores regionais, sem que todavia a estrutura de sujeição da sociedade tradicional seja alterada. Vemos, outrossim, a concentração do poder econômico e político nas mãos dos grandes comerciantes que manipulam os novos dados em seu proveito, investindo, por exemplo, na especulação no mercado urbano de terras e na industrialização do pirarucu. A contrapartida deste processo de concentração é a intensificação da diferenciação sócio-econômica que, *grossa modo*, pode ser caracterizada:

1. Pela trajetória ascendente de membros do segmento social da produção mercantil.
2. Pela apropriação diferencial das terras.
3. Pela possibilidade de generalização do trabalho assalariado, com a atuação, em larga escala, de grandes empresas ligadas ao capital financeiro.

Este processo de diferenciação se observa inter e intra-grupos sócio-espaciais - através, por exemplo, do exercício de relações de patronagem internamente aos grupos indígenas - mas não significa, contudo, uma quebra real das relações de sujeição-dominação às quais a pequena produção tem sido submetida.

Do ponto de vista da situação fundiária, estas transformações tem representado um processo de generalização da utilização da terra como objeto de compra e venda, associada a investimentos financeiros e especulação imobiliária, principalmente nas áreas próximas aos centros urbanos. Isto resulta em uma diferenciação sócio-espacial do preço da terra, a qual atua como motor para a dinâmica da "fronteira em movimento" (Turner, apud Velho, 1979:205). Este jogo de ordem e desordem no sistema de apropriação fundiária confere à fronteira o caráter de um espaço aberto, porém controlado (Faulhaber Barbosa, 1986: 390).

Isto tem intensificado a luta pela terra na região, e a emergência de movimentos de reivindicação territorial, muitas vezes associados à manifestação da identidade étnica, pois a população ribeirinha percebe os efeitos perversos dos planos desenvolvimentistas, sabendo que seu direito à terra tem sido crescentemente ameaçado.

A terra, para eles, significa não apenas um recurso vital, mas também valores que transcendem a própria organização sócio-espacial e política.

Verifica-se, deste modo, uma influência messiânica na emergência destes movimentos étnico-políticos. Observa-se que nem sempre é direta a interferência de agências eclesiásticas, manifestando-se, inclusive, movimentos de sincretismo, separatismo religioso e contestação das orientações religiosas dominantes.

A afirmação da identidade étnica, acionada no bojo do processo de manifestação da historicidade/espacialidade dos grupos sociais regionais, é um elemento constitutivo destes processos políticos religiosos, nos quais é expressa a historicidade/espacialidade destes grupos sociais regionais, à medida que vêm à tona, associadas a reivindicações de caráter territorial, representações do passado reprimido.

Porém, o que se observa, sobretudo, é um processo em curso de aprofundamento das contradições sociais.

Em 1987 foram demarcadas as áreas indígenas ribeirinhas do Solimões na região de Tefé, pela FUNAI e com a participação dos índios que tinham grande interesse em garantir seu acesso à terra. Em tese, a demarcação das terras indígenas representa a abertura de uma fronteira em termos político-sociológicos, e, efetivamente, como pude observar, acarreta um fortalecimento dos interesses indígenas em nível local. Mas as práticas dos atores sociais devem ser observadas em sua ambivalência.

O sistema de relações indigenistas posto em prática pelo órgão tutor parece atuar no sentido de reforço da estrutura tradicional de dominação, à qual os grupos indígenas estão sujeitos, verificando-se a intensificação da dinâmica de diferenciação-concentração sócio-econômica no interior dos grupos indígenas, observando-se o exercício da clientela pelos próprios índios.

O Projeto Calha Norte, estruturado com base em categorias ideológicas, tem objetivos estratégicos, como a intensificação da diferenciação sócio-econômica na sociedade tradicional. O projeto considera esta diferenciação em termos de diversidades geográficas intra-regionais, partindo da distinção sociológica entre "ribeirinhos", "núcleos interioranos" e "faixa de fronteira". Esta diferenciação supõe uma

concepção evolucionista da formação econômico-social na chamada Amazônia.

Dentro desta concepção evolucionista, os "ribeirinhos" seriam considerados "civilizados", e mais afinados, portanto, com categorias formuladas com base em premissas ideológicas tais como "soberania" e "segurança nacional". Aos olhos dos estrategistas militares, os ribeirinhos poderiam constituir bases de legitimação para uma ocupação da região amazônica em termos de uma maximização dos interesses desenvolvimentistas.

Em nível micro, estas estratégias representam a intensificação do exercício da patronagem por uma camada média da produção mercantil, que desempenharia o papel de intermediário entre as classes dominantes e a massa de pequenos produtores rurais.

Observei, em uma viagem recente ao Médio Solimões, que estes ribeirinhos, entre eles os membros dos grupos indígenas, têm grande trânsito pelas "faixas de fronteira" e pelos "núcleos interioranos". Este trânsito é viabilizado mediante, por exemplo, o serviço militar, atividades mercantis ("marretagem") pelos "altos rios", ou o recrutamento como força de trabalho em grandes empresas como mineradoras, Petrobrás, etc.

Conclusão

O Projeto Calha Norte retoma, com nova versão e novas perspectivas, os princípios da política de ocupação da Amazônia ressaltados a partir da década de 70, quando se tomava por símbolo a meta: "Integrar para não Entregar".

Não faltaram planos desenvolvimentistas visando maximizar a utilização dos recursos econômicos da fronteira amazônica. Muitos deles de um tom mefistofélico, como o relato pela crônica-denúncia do jornalista Lúcio Flávio Pinto:

"Na segunda metade da década de 60, o Hudson Institute, uma organização de consultoria estabelecida em Nova York, provocou apaixonados debates em torno de seu projeto de construir grandes lagos a partir de barragens em terras baixas da América Latina. O maior desses lagos artificiais seria formado no rio Amazonas, tendo uma extensão de mil quilômetros e cem quilômetros quadrados de área, desde Monte Alegre até Tefé, nos seus pontos extremos. A barragem seria capaz de gerar 100 milhões de HP à custa da inundação de grande parte das várzeas

amazônicas, da destruição de algumas de suas culturas mais tradicionais e da eliminação de vários nucleamentos urbanos expressivos" (Pinto, Liberal, 27 de dezembro de 1986, pág. 7).

Visava-se assim, através da destruição do modo de vida de toda uma população ribeirinha que vivia da agricultura das várzeas e terras baixas, concretizar o mito colonialista da conquista definitiva da terra firme.

O projeto do Hudson Institute, por motivo de reação da opinião pública nacional e internacional, foi arquivado. Mas a polemica em defesa da Amazônia não impediu que fosse empreendido o vasculhamento dos recursos do solo e do subsolo, com a realização de levantamentos aerofotogramétricos.

Finalmente divulga-se largamente pelos meios de comunicação a descoberta de petróleo na bacia de Juruá/Solimões, sendo produzida grande euforia em torno do assunto. Mas esta descoberta seria antes uma "mera dedução teórica mais do que óbvia a partir do fato de que ali estava a maior bacia sedimentar do planeta" (Pinto, Liberal, 25/12/86).

Podemos deduzir a dramaticidade também óbvia das conseqüências sociais do empreendimento.

A extensão da malha rodoviária constitui um dos mais destacados pontos nevrálgicos do processo de ocupação da Amazônia, pois intensifica o ritmo de compra e venda do mercado de terras, e possibilita que levas de migrantes, impulsionadas pelo mito da fronteira, sejam diretamente dirigidas por políticas públicas direcionadas.

Os barcos, meios de transporte tradicionais, já amaldiçoados pela população, pois simbolizam a estrutura social injusta das relações de clientela, são destronados assim por "médias" mais sofisticadas, o que nos leva a constatar que as oportunidades oferecidas pela fronteira são limitadas a possibilidades restritas, e a contestar a idéia de que este espaço ainda esteja em vias de uma suposta estruturação plena.

Verifica-se a interferência deliberada do Estado no sentido de fortalecer e alargar sua influência, além de impulsionar uma dinâmica propriamente financeira na formação sócio-econômica local. Isto se demonstra pela atuação, conjugada ou não, de diversos agentes, que representam o Estado em diversos níveis.

No tocante especificamente às áreas indígenas, temos a FUNAI, que além de interferir no sentido da demarcação das áreas indígenas, está estruturando um escritório em Tefé, vinculado à Diretoria Regional de Manaus. Têm sido destinadas vultosas verbas, por parte do Estado do Amazonas, conveniado com empresas privadas e com o apoio do Banco Mundial, no sentido da criação de um pólo dendezeiro, através da atuação da Emade.

Porém, nos dias de hoje, nenhum dos fatos citados supera o impacto criado pelas expectativas em termos da presença da Petrobrás na cidade. Em dezembro de 1987, estava sendo ventilada a viabilidade de o petróleo do rio Urucu ser desembocado, por meio de oleoduto, em Tefé, de onde seria transportado até Manaus por via fluvial. A mera suposição da possibilidade deste acontecimento criou grau de efervescência econômica na cidade, gerando grande especulação no mercado urbano de terras. Entre outras curiosas ocorrências de ordem econômica, podemos indicar que o preço dos produtos agrícolas e manufaturados está sendo igualado entre Tefé e Uarini, cidades que ficam a cerca de oito horas de distância por via fluvial. Pode-se deduzir da observação deste fato, uma tendência à "otnização" da economia.¹⁷

A interferência do Estado não tem sido encarada passivamente pelos atores sociais locais. As classes dominantes têm mostrado interesse na presença do Estado. Os agentes políticos, por sua vez, têm mostrado empenho na promoção mercantil. Em dezembro de 1987, o Governador do Amazonas havia doado motor de popa e motor-serra (para cortar madeira) para os presidentes de todas as comunidades rurais da região de Tefé.

Os ribeirinhos não pareciam estar muito à vontade diante das possibilidades a eles apresentadas em termos de uma suposta promoção social. Pareciam apreensivos diante das solicitações de incrementos de produtividade econômica, no desconforto de uma situação subordinada diante dos atores dominantes de uma sociedade sacudida por projetos desenvolvimentistas.

A alternativa posta na mesa da pequena produção, ou seja, que assuma a sua condição burguesa e se adapte às inovações tecnológicas oferecidas por agentes políticos, por si só, não deve ser entendida como uma proposta vinculada com um projeto efetivamente social e que esteja articulado às estratégias gerais de soluções para os grandes problemas nacionais.

É necessário examinar as contradições de planos de integração nacional, os quais, entre seus objetivos, visam a maximização desenvolvimentista da exploração capitalista dos recursos econômicos, e têm apresentado, como efeito específico, em nível regional e local, a produção de diferenciação sócio-econômica.

Devemos ver estes processos de concentração e diferenciação em sua ambigüidade. No caso específico do Calha Norte, o atual processo político e fundiário no Médio Solimões resultou na demarcação das terras

E supor o passo definitivo no sentido do "fechamento de fronteira".

indígenas, que atendeu às reivindicações legítimas dos povos indígenas desta região, e teve a sua intensa participação. Eu entendo este fato como uma conquista política, e como um saldo positivo da luta dos representantes destes povos pela afirmação de sua identidade étnica e por melhores condições de vida.

Porém, as contradições fundiárias vividas pelas sociedades regionais na Amazônia estão longe de encontrar um desfecho positivo, do ponto de vista dos povos indígenas, dos caboclos e ribeirinhos, e, de uma maneira geral, das classes sociais dominadas na fronteira.

Longe disso, o que se observa, nos dias de hoje, é o recrudescimento dos conflitos agrários e da violência exercida impunemente por madeireiros, comerciantes e representantes do Estado e de grandes grupos econômicos. Estes, muitas vezes atuam por meios ilegais e mesmo paramilitares, recrutando inclusive representantes dos próprios grupos dominados.

Mas, se olharmos de outro ângulo o tabuleiro, a diferenciação sócio-espacial também tem sido instrumentalizada pelos setores populares na luta pela terra. As vitórias indígenas e de outros grupos minoritários socialmente, ainda que episódicas, têm representado um encorajamento para as lutas populares na fronteira amazônica.

Através de medidas sociais e assistencialistas, o Estado visa ampliar suas bases de sustentação, e alargar sua influência entre os grupos dominados nas áreas de fronteira. É inegável que estes grupos tenham interesses, em termos políticos e econômicos, e estejam tentando interferir nas mudanças da situação de fronteira. Estes grupos constituem, portanto, atores ativos. Isto não quer dizer que devem ser vistos como massa de manobra dos agentes e agências dominantes, mas como sujeitos históricos, que podem imprimir sua própria marca no curso dos acontecimentos.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Manuel Rebouças de
1935 — "Apontamentos para a história do município de Tefé": *O Missionário*,
nº 2 a 11, Tefé, Prelazia de Tefé.

BATES, II.

1944 - "*O Naturalista no rio Amazonas*" - Ed. Nacional, São Paulo.

FAULHABER BARBOSA, Priscila

1986 — "Tradition et changement dans le moyen Solimões. Structure Sociale et mouvements de revendication à base territoriale" - Cah. Sci. Hum. VOL. 22, n° 3/4, pág. 389-400, Paris, 1986.

MARTIUS. (&SPIX)

1976 - "*Viagem ao Brasil*" - 1817/1820 - Vol. III - Edições Melhoramentos - INL.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco

1979 - "O Caboclo e o Brabo" - *Encontros com a Civilização Brasileira* - n° 11, pág. 101-140, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

PINTO, Lúcio Flávio

1986 - "Colonização Amazônica - Vinte anos depois" - *O Liberal*, 25 a 29 de dezembro - Belém.

RANGEL, Inácio

1985 - "Problemas da Reforma Agrária" - *Folha de S. Paulo*, 9 de setembro, pág. 3.

TASTEVIN, Constant

1921 - "Une Course Apostolique au Fleuve Japoura-Caqueté" - *Les Missions Catholiques* - Lion - 19 août 1921 a 4 nov 1921 - pág. 392 a 527.

VELHO, Otávio Guilherme

1979 - "Capitalismo Autoritário e Campesinato" - São Paulo, Rio de Janeiro, DIFEL.